

Banqueiros mostram resistência à proposta de perdão da dívida

por Ângela Bittencourt

de Amsterdã

Fuga de capital, fadiga econômica e política e necessidade de recursos para reforçar a retomada de crescimento econômico da América Latina. Estas foram as expressões — independentemente do idioma em que foram pronunciadas — mais utilizadas pelos participantes do seminário “Restabelecimento do Fluxo de Capital para a América Latina”, promovido pelo NMB, no último domingo, dentro da agenda da 30ª reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O seminário, dirigido a uma platéia composta, especialmente de latinos endividados, não deixou de revelar, contudo, uma ácida disputa pelo poder entre três países do mundo desenvolvido. Estados Unidos, França e Japão trocaram farpas durante o encontro, que reuniu representantes do setor público e privado de vários países.

Apesar da presença do subsecretário do Tesouro americano David Mulford, que apresentou um pronunciamento esvaziado sobre a redução da dívida dos países latinos, especialmente Jean-Claude Trichet, ministro da Economia da França; Toyoo Gyohten, vice-ministro das Finanças para assuntos internacionais do Japão; e William Rhodes, chairman do comitê de reestruturação da dívida do Citibank/Citicorp, não pouparam recordações confirmado que tanto o Clube de Paris quanto o Japão, e o Citybank, o maior credor privado do Brasil, têm há um bom tempo adotando mecanismos de redução da dívida dos latinos. Foi colocada em dúvida a paternidade do Plano Brady.

Considerado sucesso absoluto, Eugene H. Rotberg, vice-presidente executivo da Merrill Lynch e ex-tesoureiro do Banco Mundial (BIRD), foi definitivo e solicitou que todos esquecessem os termos “redução da dívida ou perdão da dívida”.

Rotberg simplesmente enumerou o seguinte:

- No caso de o plano ser implementado, quem assumirá o risco de bancar o aval ou dar garantia às instituições?
- Quem explica de onde virá o dinheiro novo para recomprar a dívida e qual será o volume necessário de dinheiro para isso?
- Se for feita a redução, quem paga a perda?
- Como fica a situação contábil das instituições?
- Quem escolherá os países beneficiários com o novo plano? Eles serão escolhidos por ordem de chegada? Ou serão os mais bem administrados, ou os mais endividados?
- Se o BIRD e o Fundo Monetário Internacional (FMI) assumirem participação no programa, quais

serão as consequências legais, particularmente para o fundo, dentro do Congresso americano?

Muito aplaudido, Rotberg explicou secamente que apenas as respostas a estas perguntas poderiam dar significado às palavras redução da dívida ou perdão. Lembrou que a implementação de um novo programa certamente exigiria novas medidas de ajuste nos países devedores, que estão cansados. Do lado dos bancos credores, ponderou, eles terão perdas, que se contabilizadas seguramente bloquearão ou pelo menos vão dificultar e muito a concessão de novos empréstimos.

“As promessas de redução, se não forem cumpridas”, acrescentou, “poderão ter consequências mais graves e provocar maior evasão de capital dos países endividados.”

Segundo ele, é justo dizer que “precisamos nos conscientizar de que não estamos falando apenas de finanças. Muitos devedores estão com altas taxas de inflação, de desemprego e crescimento zero. Estas propostas não encorajam novos créditos para essas regiões, mas há necessidade de se confiar nas economias em desenvolvimento”.

Rotberg finalizou destacando com simplicidade uma regra básica para quem está habituado a conviver com operações bancárias: “É necessário ter muita cautela com as inovações, porque existem problemas de difícil solução, que são prioritários à decisão de reduzir ou perdoar um devedor”.